

**JUNTA-TE A NÓS NO
DIA MUNDIAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL 2015**

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil é uma oportunidade de levatares a tua voz contra o trabalho infantil e pela exigência do direito à educação para todas as crianças.

Gostaríamos de te convidar e à tua organização para seres parte deste Dia Mundial.

Junta-te a nós e acrescenta a tua voz ao movimento mundial contra o trabalho infantil.

Para mais informação contactar: ipec@ilo.org



**Dia mundial contra
O TRABALHO INFANTIL
12 DE JUNHO DE 2015**



**Dia mundial contra
O TRABALHO INFANTIL**

12 DE JUNHO DE 2015



Organização
Internacional
do Trabalho



CPLP

**NÃO
AO TRABALHO
INFANTIL**

**SIM
A UMA EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE**



As mais recentes estimativas globais indicam que cerca de 120 milhões de crianças, entre os 5 e os 14 anos, encontram-se em situação de trabalho infantil sendo afectados/as de forma semelhante tanto os rapazes como as raparigas nesta faixa etária¹. A persistência do trabalho infantil está enraizada na pobreza e na falta de trabalho digno para os/as adultos/as, na falta de protecção social e no fracasso em garantir que todas as crianças frequentem a escola até à idade mínima de admissão ao emprego.

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil deste ano tem um enfoque particular na importância de uma educação de qualidade, como um passo chave no combate ao trabalho infantil. É um momento muito oportuno, posto que em 2015 a comunidade internacional irá

rever as razões do fracasso em alcançar as metas de desenvolvimento na educação e irá definir novos objetivos e estratégias.

No Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil deste ano, reivindicamos:

- Educação de qualidade, gratuita e obrigatória para todas as crianças, pelo menos até à idade mínima de admissão ao emprego e ações para chegar às crianças que se encontram sujeitas ao trabalho infantil;
- Novos esforços para garantir que as políticas nacionais de educação e contra o trabalho infantil sejam consistentes e eficazes;
- Políticas que garantam o acesso a uma educação de qualidade e investimento na profissão docente.

NÃO AO TRABALHO INFANTIL – SIM À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Muitas crianças sujeitas a trabalho infantil não frequentam a escola, de todo. Outras combinam a escola e o trabalho, mas muitas vezes em detrimento da sua educação. Com um défice de educação e competências é mais provável que estas crianças, em idade adulta, venham a ter salários baixos, trabalhos inseguros ou a estarem desempregadas. Por sua vez, há grande probabilidade dos/as filhos/as destas crianças virem a desempenhar trabalho infantil. Quebrar este ciclo de desfavorecimento é um desafio global no qual a educação desempenha um papel chave.

A educação gratuita, de qualidade e obrigatória até à idade mínima de admissão ao emprego é uma ferramenta chave para acabar com o trabalho infantil. A frequência da escola retira a criança, pelo menos parcialmente, do mercado de trabalho e constrói as bases para a aquisição de competências de empregabilidade necessárias a um futuro emprego proveitoso.

A crise global de emprego jovem e os problemas

enfrentados pelos/as jovens na transição da escola para o mercado de trabalho salientam a necessidade de uma educação relevante e de qualidade que desenvolva as competências necessárias para o sucesso tanto no trabalho como na vida em geral. Nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as Nações Unidas definiram como meta que, em 2015, todos os rapazes e raparigas terminem o primeiro ciclo do ensino básico. Sabemos agora que essa meta não será alcançada. Dados recentes da UNESCO sobre frequência escolar indicam que 58 milhões de crianças em idade de frequência do primeiro ciclo do ensino básico e 63 milhões de crianças e adolescentes em idade de frequência do segundo e terceiro ciclos do ensino básico, não frequentam ainda a escola. Por outro lado, muitos/as dos/as que frequentam a escola não o fazem de forma regular. Enquanto a comunidade internacional analisa as razões do fracasso em alcançar as referidas metas, parece claro que a persistência do trabalho infantil constitui uma barreira para o progresso na educação e desenvolvimento. Se o problema do trabalho infantil for ignorado ou as leis contra o mesmo não forem adequadamente implementadas, as crianças que deveriam estar na escola continuarão a trabalhar. Para alcançar progressos são necessárias ações a nível local e nacional para identificar e chegar às crianças sujeitas ao trabalho infantil.

GARANTIR QUE AS POLÍTICAS NACIONAIS SÃO CONSISTENTES E EFICAZES

A Convenção Nº138 da OIT relativa à idade mínima de admissão ao emprego enfatiza a estreita relação entre a educação e idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho. Define que a idade mínima “não deverá ser inferior à idade em que terminar a escolaridade obrigatória, nem, em qualquer caso, a 15 anos”. No entanto, investigação recente assinala que somente 60% dos Estados que fixaram tanto uma idade mínima de admissão ao emprego como uma idade mínima de permanência no

sistema escolar, definiram a mesma idade para as duas situações.

Existe uma clara necessidade de maior coordenação das políticas nacionais e estratégias sobre as questões do trabalho infantil e educação. Neste esforço, a OIT e outras agências especializadas das Nações Unidas podem desempenhar um importante papel no trabalho com os governos para identificar políticas e necessidades financeiras para o combate ao trabalho infantil.

GARANTIR O ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E INVESTIMENTO NAS PROFISSÕES EDUCATIVAS

A educação e a formação podem ser um motor chave de desenvolvimento social e económico, mas exigem investimento. Em muitos países, no entanto, as escolas disponíveis para os grupos desfavorecidos têm défices de recursos. Instalações escolares totalmente inadequadas, turmas com muitos/as alunos/as e falta de professores/as com formação adequada não permitem, antes constroem, a aprendizagem, funcionando como um desincentivo à frequência escolar. Para demasiadas crianças, o acesso à educação termina no primeiro ciclo do ensino básico simplesmente pela inexistência de escolas acessíveis, particularmente nas zonas rurais. Esta situação leva inevitavelmente a que as crianças entrem no mercado

de trabalho muito antes da idade mínima de admissão. As políticas nacionais devem portanto garantir o adequado investimento na educação e formação públicas.

A OIT também apoia as pessoas chave no acesso à educação: os/as professores/as. Juntamente com a UNESCO, a OIT promove princípios de educação de qualidade em todos os níveis de ensino, através de Recomendações relativas aos/as professores/as e pessoal docente. A garantia de professores/as e de pessoal docente profissional e competente, com condições de trabalho dignas, baseadas no diálogo social, é um passo vital para assegurar educação de qualidade.

FAZER PROGRESSOS – AÇÃO NECESSÁRIA

Apesar dos desafios, têm sido feitos alguns progressos sendo ainda possível fazer mais. Com efeito, o número de crianças nesta situação tem baixado ao longo dos últimos dez anos e a frequência escolar tem aumentado. No entanto, é ainda necessário fazer muito mais para acabar com o trabalho infantil. Actualmente a necessidade urgente é de aprender com o progresso feito e aplicar essas lições para acelerar significativamente a ação. Entre os passos necessários mais importantes, estão:

- Providenciar educação gratuita, obrigatória e de qualidade;
- Garantir que todas as raparigas e rapazes têm um ambiente educativo seguro e de qualidade;
- Providenciar oportunidades para crianças mais velhas que até agora não frequentaram o sistema

de ensino formal através de programas de formação profissional dirigida, que também ofereçam um apoio educativo básico;

- Assegurar a coerência e implementação de leis sobre o trabalho infantil e frequência escolar;
- Promover políticas de protecção social para encorajar a frequência escolar;
- Ter professores/as e pessoal docente adequadamente formados e motivados, com condições de trabalho dignas baseadas no diálogo social;
- Protecção dos/as jovens trabalhadores/as aquando da sua saída da escola e entrada no mercado de trabalho, prevenindo que estes se encontrem em formas de trabalho inaceitáveis.

¹ No grupo etário de crianças entre os 5 e os 17 anos, é estimado que 168 milhões realizem trabalho infantil.